



# Respeito e Humilhação

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

3ª  
EDIÇÃO





EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

editar  
preciso



São Paulo | julho de 2019

3ª EDIÇÃO

Prefeitura de São Paulo

**Bruno Covas**

Secretaria Municipal de Educação

**Bruno Caetano**

Coordenadoria dos Centros de Educação Unificados

**Raphaella Burti | Maria de Fátima de Brum Cavalheiro**

Instituto Vladimir Herzog

Direção executiva

**Rogério Sottili**

*Vlado Educação*

Direção educacional

**Ana Rosa Abreu**

Coordenação educacional

**Neide Nogueira**

São Paulo, julho de 2019 | 3.ª edição

Data da impressão: abril de 2020

Ficha catalográfica: Jônatas Souza de Abreu, Me. CBR 15-179

R434

Respeito e humilhação / Ana Lucia Catão (autoria); Maria Paula Zurawski, Fermin Damirdjian, Francisco Eduardo Bodião (colaboração); Neide Nogueira (coordenação); Ana Rosa Abreu (direção); Lucia Brandão (ilustrações) – 3.ed. – São Paulo, SP: Vlado Educação, 2019.

37 p. il.: Color. 20 x 20 cm (Série “Educação em Direitos Humanos”)

ISBN 978-85-65059-16-9

Contém bibliografia.

Caderno integrante da série “Educação em Direitos Humanos”, do Projeto Respeitar é Preciso!, composto de sete volumes, compartilhando orientações, subsídios e sugestões para implementação da cultura da Educação em Direitos Humanos (EDH) nas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo.

1. Direitos humanos. 2. Respeito (ética). 3. Educação em Direitos Humanos. I. Título. II. Catão, Ana Lucia; III. Zurawski, Maria Paula. IV. Damirdjian, Fermin. V. Bodião, Francisco Eduardo. VI. Brandão, Lucia.

CDU 37.06+342.7:177.1

Equipe educacional

**Ana Lucia Catão**

**Celinha Nascimento**

**Crislei Custódio**

**Maria da Paz Castro**

**Rogê Carnaval**

Gestão de conteúdo do portal

**Carol Baggio**

Consultoria

**Flávia Schilling**

**Maria Paula Zurawski**

**Maria Victoria Benevides**

**Educadoras e educadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo que contribuíram com pareceres para esta edição**

Revisão de texto

**Jandira Queiroz**

Projeto gráfico

**S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.**

Ilustrações

**Lúcia Brandão**

A primeira edição deste material foi elaborada num processo colaborativo com professores, funcionários, gestores, técnicos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e membros das comunidades escolares que participaram dos cursos Respeitar é Preciso!, realizados em 2014 nos Centros de Educação em Direitos Humanos, em São Paulo (SP), sendo publicada em dezembro desse mesmo ano pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Este material tem autorização para franca multiplicação, desde que respeitados os direitos autorais e citadas adequadamente as fontes.



## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>1. Humilhação e Direitos Humanos</b>	<b>11</b>
<b>2. Humilhação e autoritarismo</b>	<b>14</b>
<b>3. Humilhação e ações educativas</b>	<b>15</b>
<b>4. Intervenções no cotidiano</b>	<b>27</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>35</b>



## APRESENTAÇÃO

Caras educadoras e caros educadores,

**E**ste caderno, intitulado *Respeito e Humilhação*, faz parte da terceira edição do conjunto de publicações do Projeto Respeitar é Preciso!, que busca compartilhar orientações, subsídios e sugestões para implementar a cultura da Educação em Direitos Humanos (EDH) nas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo. Além das ações de formação, esse projeto conta, nesta edição, com sete cadernos (*Respeito na Escola*, *EDH para Todas as Idades*, *Sujeitos de Direito*, *Democracia na Escola*, *Diversidade e Discriminação*, *Respeito e Humilhação* e *Mediação de Conflitos*), que foram atualizados e reorganizados.

Esse material foi elaborado, em 2014, por meio de um processo participativo com base na interlocução com os participantes do curso Respeitar é Preciso! De 2015 a 2018, a sua utilização em ações de formação na Rede Municipal de Ensino de São Paulo com os integrantes das Diretorias de Ensino e com as educadoras e os educadores que compõem as Comissões de Mediação de Conflitos trouxe possibilidades de adequação editorial das publicações e ampliação dos conteúdos para esta nova edição.

Em seu conjunto, os documentos abarcam pontos cruciais para que as práticas educacionais promovam um clima de respeito mútuo nas escolas, no sentido de afastar as possíveis violências psicológicas, institucionais, simbólicas e físicas do cotidiano escolar e, assim, garantir um ambiente potente de aprendizagem para todas e todos.

O caderno *Respeito na Escola* dialoga com os adultos da escola, todos considerados educadores, para a reflexão, o planejamento e o desenvolvimento de ações nas escolas, sejam elas de adequação de rotinas, planos de aula, atividades com os alunos, com os pais, entre outras. O caderno *EDH para Todas as Idades* traz reflexões, orientações e sugestões de atividades para o trabalho educativo com crianças e adolescentes nos contextos dos CEIs, das EMEIs e de cada um dos ciclos do Ensino Fundamental.

Os demais cadernos são temáticos e tratam de questões importantes que perpassam todo o Projeto Respeitar é Preciso! e o trabalho nas escolas. Um tema e outro se entrelaçam, mas a organização em cadernos faz com que seja possível “colocar uma lente” em aspectos diferentes para uma reflexão mais focada: *Sujeitos de Direito, Democracia na Escola, Diversidade e Discriminação, Respeito e Humilhação e Mediação de Conflitos*.

A ideia de humilhação está intimamente relacionada a todo e qualquer tipo de exclusão e discriminação e se opõe à ideia de respeito, o que justifica uma reflexão constante nos meios escolares. Colocar os outros em situação de inferioridade por meio de uma prática humilhante, intencionalmente ou não, fere a dignidade dos sujeitos e pode configurar uma situação de abuso de poder. Vale lembrar que, nesse conceito “abuso de poder”, se incluem os poderes construídos nas relações entre iguais (entre estudantes, entre educadores), e não apenas aqueles poderes institucionalmente referendados. Entre colegas, o abuso acontece quando a vítima não tem como sair ou evitar uma situação da qual não quer participar, fazer ou não fazer algo, e se sente obrigada a isso por medo, por insegurança ou por qualquer outro motivo.





Neste caderno, o tema é tratado do ponto de vista das relações interpessoais e das práticas no cotidiano escolar como elas acontecem e quais consequências negativas trazem, não apenas para cada indivíduo humilhado, mas para a escola. A escola perde com o isolamento e com o possível ressentimento das vítimas, que podem desistir da participação no coletivo, e também perde quando o ambiente fica pesado ou insensível diante da recorrência de casos penosos. Contudo, há maneiras eficazes e respeitosas para o enfrentamento desses problemas.

Os materiais do Projeto Respeitar é Preciso!, outros textos, notícias, dicas de leitura e indicação de filmes estão disponíveis no portal do Projeto ([respeitarepreciso.org.br](http://respeitarepreciso.org.br)), onde é possível participar de encontros temáticos on-line e acompanhar a agenda dos eventos de formação. O portal é um espaço de informação, interação e construção conjunta do Projeto. Convidamos a todas e todos para acessar e fazer parte da nossa rede. Vamos juntos!

Boa leitura e bom trabalho.

Vlado Educação/Instituto Vladimir Herzog e  
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo





*A Educação em Direitos Humanos tem por escopo principal uma formação ética, crítica e política. A primeira se refere à formação de atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade da pessoa, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a reciprocidade entre povos e culturas, servindo de parâmetro ético-político para a reflexão dos modos de ser e agir individual, coletivo e institucional. A formação crítica diz respeito ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, promovendo práticas institucionais coerentes com os Direitos Humanos. A formação política deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos de direitos. ”*

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, Ministério da Educação



# Respeito e Humilhação

## 1. HUMILHAÇÃO E DIREITOS HUMANOS



xistem contextos sociais em que o desrespeito aos Direitos Humanos configura situações em si humilhantes, como a miséria, a fome, o abandono, a violência, a falta de moradia, de trabalho e de condições mínimas de vida e de justiça. Uma criança sem escola, uma família desabrigada, uma situação de fome, uma doença não tratada são evidências flagrantes de humilhação grave e passíveis de indignação. É bom lembrar que não basta uma vaga na escola para que seja garantido o direito à educação, as crianças precisam também encontrar na escola um ambiente propício para aprender e se desenvolver.

Neste caderno, a reflexão que se pretende fazer se concentra nas diversas situações em que a humilhação surge como resultado da desigualdade e dos preconceitos geradores de injustiça – isto é, da supressão do acesso de determinados grupos a direitos fundamentais – existentes na nossa sociedade de forma geral e, portanto, também na escola.

Da perspectiva educativa, a questão central é o fato de que, muitas vezes, as relações desrespeitosas entre as pessoas reproduzem, reafirmam ou exacerbam situações

injustas e indignas. Hoje, podemos contar com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, do Ministério da Educação, que orientam uma prática educativa voltada para o combate dessas situações. Vale citar também a importante contribuição do novo Currículo da Cidade, que mostra grande consideração pelos princípios que sustentam as relações entre os sujeitos:

**“1. Princípios éticos, políticos e estéticos definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais**, orientados para o exercício da cidadania responsável, que levem à construção de uma sociedade mais igualitária, justa, democrática e solidária.

- **Princípios éticos:** de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito e discriminação;
- **Princípios políticos:** de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.
- **Princípios estéticos:** do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plúrais e solidárias”.

A reflexão acerca da humilhação remete às ideias de respeito mútuo e desrespeito. As discussões sobre esse tema serão sempre mais ricas e consistentes se considerarem

as relações que se pode estabelecer entre elas. Respeitar o outro significa, antes de tudo, considerá-lo sujeito de direito (ver caderno *Sujeitos de Direito*), condição de todo e qualquer ser humano, independentemente de suas características sociais e pessoais, e do que quer que tenha feito, preservando, assim, a sua dignidade, condição inerente a todo e qualquer ser humano.

Humilhar é o ato ou a atitude que se traduz em diminuir alguém, tornando-o inferior, diminuindo sua humanidade e tratando-o como objeto, no intuito de se sentir superior, mesmo que sob a desculpa de uma “brincadeira”. Agredir (moral ou fisicamente), insultar, expor fragilidades, ridicularizar, pressionar, constranger... São muitas e muito diferentes as formas como as situações de humilhação acontecem e também são muitos os contextos que as geram.

Qualquer pessoa pode se tornar alvo de humilhação, por diversas razões consideradas negativas em certos grupos (como LGBTs, negros, mulheres, crença religiosa desconsiderada, condição social e identidade cultural pouco comum), por ser alvo de inveja ou por apresentar alguma característica que lhe coloque em situação de desvantagem (como deficiência física ou déficit intelectual).

Infelizmente, são muito frequentes, também na escola, situações de humilhação dirigidas àqueles alunos que pertencem, ou parecem pertencer, a um grupo social tido como inferior. Não possuir aparelho de telefone celular dos mais modernos (e caros), não vestir “a grife da hora” ou viver em um local considerado “pobre” são exemplos de situações que podem disparar atos de humilhação por parte dos alunos que, de alguma maneira, se sentem superiores quando munidos desses adereços. Esse tipo de ocorrência merece atenção dos educadores, considerando sempre que se trata de uma situação que tem sua origem numa sociedade que valoriza os indivíduos com base no poder de consumo de cada um. Nesse contexto, muitas vezes, o fato de viver em condições precárias é considerado resultado de “pouco esforço”, “falta de objetivo na vida”, “herança da família”. Todas essas situações explicitam o preconceito gerado por uma visão de mundo que considera as pessoas pela sua aparência e trata as diferenças como motivo de discriminação.

As situações de humilhação, por definição, colocam (ou tentam colocar) o sujeito humilhado em condição inferior. No sistema educacional, isso pode acontecer nas relações interpessoais entre crianças, entre adultos, entre adultos e adolescentes, entre adultos e crianças, inclusive com crianças bem pequenas. Deixar um bebê com as fraldas sujas durante muito tempo, colocar apelidos pejorativos em crianças por conta de alguma de suas características, gritar ou castigar sem explicação e sem dialogar sobre o que fizeram, expor o mau desempenho de uma criança ou um adolescente na frente de outros são exemplos de humilhação que ainda hoje ocorrem no âmbito da escola, caracterizando, assim, situações de desrespeito aos Direitos Humanos num de seus mais importantes princípios, que é a dignidade humana.

## 2. HUMILHAÇÃO E AUTORITARISMO

A humilhação, infelizmente, é muito frequente nas relações hierárquicas contaminadas pelo autoritarismo em diversos tipos de instituições que fazem parte de nossa sociedade: militares, políticas, de saúde, de educação, de serviços públicos em geral. O desafio de uma sociedade justa é garantir relações democráticas em que haja escuta e participação por meio de mecanismos de consulta e transparência e em que haja clareza e apropriação dos direitos de todos, para que possam se defender e reivindicar tratamento justo e igualitário em quaisquer situações. É nesse contexto e por meio dessas práticas que a autoridade se legitima verdadeiramente (ver caderno *Democracia na Escola*), passando a cumprir o papel de organização e orientação, e não sendo apenas um poder instituído arbitrariamente.



Foco de maior interesse nesse projeto, a escola é composta por uma extensa e complexa rede de relações e tem sua organização marcada por uma estrutura hierárquica. Se aí acontecem situações de humilhação, também é um espaço privilegiado para a socialização, a promoção da cidadania, a formação de atitudes, opiniões e o desenvolvimento pessoal na perspectiva da Educação em Direitos Humanos. É importante mencionar aqui que a relação entre crianças



e adultos, tanto na escola quanto fora dela, é sempre marcada por uma assimetria. É função dos educadores, portanto, cuidar dessa relação, transformando-a à medida que as crianças crescem e se tornam mais autônomas.

Encontrar na hierarquia uma forma de organização e distribuição de funções, mais do que um mero exercício de poder, é condição para que as relações entre os educadores aconteçam de modo respeitoso.

O espaço escolar é um lugar privilegiado no sentido de servir como cenário para a transformação voltada para a legitimação e a valorização dos Direitos Humanos em todas as relações, instâncias e atividades. Também se presta a nos oferecer elementos que permitem tanto uma análise proposital dos preceitos éticos quanto o cultivo de um ambiente em que a humilhação não encontra seu enraizamento facilitado.

### 3. HUMILHAÇÃO E AÇÕES EDUCATIVAS

Na escola, as humilhações ocorrem nos diversos níveis de relação, refletindo uma afirmação (ou tentativa) de poder sobre o outro, tendo como agentes tanto alunos quanto professores, funcionários não docentes, gestores e outros elementos da comunidade, seja como protagonistas, seja como vítimas.

As manifestações concretas da humilhação em uma instituição escolar são muito variadas, revelando-se, muitas vezes, no poder de julgamento dos adultos ao avaliar os alunos, no tratamento pejorativo, em agressões verbais e na exposição ao ridículo pelos colegas diante da comunidade escolar.

No caso da Educação Infantil, e mesmo de todo o Ensino Fundamental, a grande dependência das crianças em relação aos cuidados e às orientações dos adultos as colocam em uma situação vulnerável, pois estão inaugurando suas vidas em grupo e aprendendo a argumentar e reagir, em pleno processo de formação e construção desses recursos. Por isso, os professores, bem como todos os adultos educadores que



atuam em CEIs, EMEIs e EMEFs, devem considerar a importância de suas atitudes de cuidado, intervenção em conflitos e a organização dos ambientes de convivência das crianças. Quando a criança é atendida, ouvida e acolhida, ela acaba tendo apreço pelo outro e confiando nele. Vivendo a experiência de serem bem cuidadas e tratadas com interesse, as crianças aprenderão a importância de serem valorizadas como sujeitos, e não como objetos.

De modo geral, tudo o que se faz e o que se diz em uma escola deve ser reconhecido como ações educativas e transmissoras de valores, o que justifica e responsabiliza a escola como espaço de formação de pessoas e de consolidação de um coletivo moldado pelo respeito mútuo.

Atualmente, diversos tipos de agressão e violência que têm como fio condutor a humilhação ganham visibilidade (inclusive na mídia) e ocupam um lugar significativo nas pautas de discussão e nas preocupações sobre o convívio escolar. Isso aponta a urgência de uma atuação constante, que não se limite à pura e simples coibição e punição desse tipo de atitude (o que já se mostrou ineficaz), mas instaure na escola, gradativamente, uma nova cultura permeada pelo respeito.

A proposição de formas respeitosas de convívio deve escapar, obviamente, a uma cartilha de boas maneiras, procurando fundamentação ética que permeie as relações entre os diversos setores que compõem o corpo escolar (educadores, adultos responsáveis, alunos) e entre todos os indivíduos. Assim, propiciar um ambiente saudável, para além de uma proposição generalista da prática de bons tratos, significa incorporar em todos os âmbitos um olhar atento para a ocorrência de situações de humilhação e nele intervir.

O risco das orientações superficiais, como exigir que as crianças peçam desculpas automaticamente depois de algum conflito, pode cristalizar práticas estereotipadas se o cuidado e o respeito para com o outro não forem valores realmente vivenciados e observados por elas no cotidiano. Desculpas e agradecimentos, ainda que sejam

importantes em muitos contextos, podem se tornar expressões verbais vazias de sentido se utilizadas apenas formalmente.

Se o exercício da violência moral ocorre de forma reiterada e com razoável frequência nas instituições escolares, é importante evitar uma interpretação simplista dessas situações, atribuindo-as a um ou dois alunos “vilões” com o intuito de puni-los. Mais produtivo é olhar para a complexidade da situação, para o clima escolar e para os valores que estão sendo praticados pela escola e reproduzidos pelos alunos, evidenciados em muitos contextos: nas escolhas curriculares e na forma de apresentá-las; nos instrumentos de avaliação; na maneira como os adultos se dirigem aos alunos; nos cuidados que crianças e adolescentes demandam, tanto do ponto de vista da aprendizagem quanto no que se refere às relações interpessoais. Vale refletir também (e rever) sobre a maneira como é vista e considerada a pluralidade de culturas, formações e contextos familiares, religiões, etnias etc. É importante que todas as marcas e características sejam contempladas e valorizadas, não só no discurso dos adultos, mas também nas escolhas curriculares, na apresentação de histórias e narrativas para todas as faixas etárias, nas comemorações culturais, nas aulas de História etc.

É preciso refletir sobre as práticas educativas por meio da análise do contexto em que acontecem as ações de humilhação e as situações que privam os alunos de condições para que se desenvolvam com autoconfiança e autonomia.

### Situações de humilhação entre os alunos

Atualmente, no meio educacional e nas mídias, a prática do **bullying** (humilhação) tem sido muito comentada e analisada como demonstração de hostilidade moral e/ou física entre alunos. O bullying se refere a atitudes repetidas de opressão, agressão e dominação de pessoas ou grupos sobre outras pessoas ou grupos, por meio de posturas “valentes”, ameaças e atribuição de apelidos pejorativos, que amedrontam e trazem sofrimento, assim como ignorar e rejeitar colegas, ameaçar, furta, ofender, discriminar, intimidar, chantagear e achacar, tudo o que define uma situação de humilhação.

Palavra de origem inglesa, o bullying chega ao Brasil e traz uma concepção à qual devemos estar atentos. O Projeto Respeitar é Preciso! adota o termo “humilhação” para se referir a esse fenômeno e apresenta uma abordagem mais construtiva.

Muitas vezes, os comentários e as análises que costumam ser divulgados, sobretudo pela mídia, apontam caminhos perigosos, identificando os que “fazem” e os que “recebem” bullying, criminalizando uns e vitimizando outros, como se essas atitudes agressivas e tão nocivas acontecessem por única responsabilidade dos envolvidos: sempre os alunos. O que vemos hoje é essa questão sendo tratada em âmbitos jurídicos, por meio da atuação de advogados “especialistas em bullying”, relegando para segundo plano o âmbito educacional desse fenômeno, bem como o espaço de abordagem adequado e eficiente (que é a escola) e os agentes responsáveis (que são os educadores).

Nessa perspectiva, a atuação da escola frequentemente se limita a definir punições, que vão desde advertências até a expulsão de alunos, muitas vezes sem considerar o contexto em que as situações de humilhação ocorreram. No espaço educativo, é preciso saber o que de fato ocorre, compreender, intervir, se responsabilizar por violências desse tipo na perspectiva de educar. No mais das vezes, o bullying ocorre nas escolas como uma consequência da falta de atenção e cuidado para evitar a disseminação e a consolidação de ideias ligadas a preconceitos e discriminação.

É possível observar um número grande de crianças e adolescentes com dificuldade para reagir a essas situações agressivas, mostrando-se intimidados, o que acaba acarretando um processo de contínuas transferências de escola por conta da pressão que sofrem. Isso é tão equivocadamente considerado quanto considerar que a humilhação pode ser evitada com algumas ações específicas e localizadas, como se evita determinada praga de jardim. Não se trata disso, e, sim, de considerar a complexidade dessas situações e trazer à tona a prática do respeito mútuo, fazendo com que todas as relações entre os sujeitos da escola a considerem condição de convívio.

Mesmo sendo uma situação entre alunos e, portanto, em princípio entre iguais, existe uma relação explícita de poder abusivo num contexto de humilhação: quem humilha sempre exerce uma força sobre o outro que, por algum motivo, se sente atingido, constrangido e não pode se defender, assumindo, assim, o lugar do fraco. Esse lugar se consolida, ainda que se saiba que quem precisa humilhar também carrega um alto

grau de fragilidade. Nessas cenas, costuma ficar bastante clara a presença de outros alunos que, de alguma forma, são convocados a participar das agressões, ainda que essa participação se limite a rir e debochar do aluno que é alvo do bullying. Trata-se de um apoio “involuntário”, por assim dizer. E todos precisam de cuidado. Buscar compreender e acolher o que agride pode ser um caminho para proteger o que é agredido.

O Projeto Respeitar é Preciso! considera que esses comportamentos agressivos entre os alunos configuram violência, devendo levar os educadores a pensar sobre o contexto em que ocorrem, olhar para os que agridem e para os que são agredidos, compreender o que está motivando esses comportamentos, assumir seu papel como educadores e responsáveis e, principalmente, pensar sobre as possibilidades de intervenção no ambiente escolar.

## Os educadores e os alunos

A reflexão sobre humilhação implica também um olhar atento para a autoridade e as relações de poder que existem, mas nem sempre são explícitas na escola. A prática da avaliação é um exemplo. Recurso importante para regular as aprendizagens e potencializar a prática do professor, a avaliação também pode dar lugar a algumas situações de humilhação que impedem o desenvolvimento saudável e o bem-estar dos alunos no ambiente escolar.

Muitas vezes, as notas alcançadas nas provas, nos trabalhos e em outras situações de avaliação são vistas pelos alunos (e também pelo professor) como um “retrato” da posição do aluno dentro e fora da classe e, principalmente, em relação aos colegas, atribuindo rapidamente uma imagem, que pode ser de “bom” ou “mau” aluno. Uma nota baixa, uma atitude inadequada, um período prolongado de ausência nas aulas podem



ser o bastante para determinar o perfil de um aluno, ou até mesmo o fracasso do seu processo de escolaridade. O aluno que “vai mal” é estigmatizado como incapaz, incompetente, folgado, “burro” e, portanto, fracassado, o que o leva a realmente se sentir assim.

Por essência, a avaliação potencializa uma visão comparativa que pode colocar o aluno malsucedido em situação de constrangimento, levando-o a ser ironizado pelos colegas e, não raro, consolidando essa imagem até mesmo entre os professores e os demais adultos.

Antes de mais nada, a avaliação deve ser um instrumento de análise e reflexão tanto para professores quanto para alunos, potencializando um processo de autorregulação que vai lhes mostrar aquilo que já sabem e o que ainda é preciso aprender. Assim, os principais indicadores apontados pelas notas são a competência para lidar com os conteúdos, o desempenho dos alunos em sala de aula, a pertinência da prática e da metodologia utilizadas pelo professor. No entanto, não são raras as situações em que a nota de um aluno é o reflexo da imagem que o professor atribui a ele, o que o aprisiona num lugar consolidado de incapacidade. Essa imagem justifica, para o próprio educador, a atitude de não apoiá-lo, pois afinal acredita que ele “é assim mesmo”. Isso acontece mesmo que o professor não tenha intenção nem consciência do que está ocorrendo. Ainda que o aluno demonstre grande dificuldade para se apropriar dos conteúdos e organizar a sua vida escolar, sempre existem intervenções para ajudá-lo a avançar.

Em geral, a dificuldade desses alunos é ocasionada por alguma situação que enfrentam e que pode ter diferentes origens: condições precárias de vida, contexto social ou familiar desfavorável, sofrimento psíquico, entre outras. Embora tudo isso possa nos ajudar a compreender, não deve afastar o professor do seu compromisso educativo com esses alunos e não justifica os fracassos deles. Esses são justamente os alunos que precisam ser considerados com mais cuidado, maior proximidade e mais atenção por parte do professor. Muitas vezes, atitudes de discriminação que podem configurar

humilhação são observadas já na Educação Infantil, no CEI ou na EMEI. Isso pode acontecer quando, por exemplo, se determina que um comportamento desagradável de uma criança, mesmo que ainda bem pequena, esteja relacionado ao entorno em que vive ou a alguma característica considerada reprovável de sua família. Assim, a criança é facilmente colocada num lugar do qual, por sua pouca idade e fragilidade, não pode se dar conta, nem muito menos sair. Situações de discriminação, comuns entre crianças pequenas (como quando não querem brincar com um coleguinha por conta de alguma característica física), devem ser olhadas com atenção e requerem a intervenção do adulto sensível e cuidadoso, cuja postura respeitosa e carinhosa para com todas as crianças pode evitar que atitudes como essas se intensifiquem e se tornem fatalmente “naturais”.

O fato de os alunos estarem na escola para aprender “autoriza”, de alguma forma, os professores e os adultos a se dirigirem a eles com o poder de, muitas vezes, humilhá-los “com a intenção de educar”. Como ilustração, pode se pensar numa situação em que, no intuito de chamar a atenção do aluno para o pouco comprometimento que vem demonstrando nos estudos, nas tarefas, e na participação durante as aulas ou diante de mais uma atividade não realizada, o professor diz: “Eu tinha certeza de que você não faria”, “Pra variar, não fez a lição de casa” ou apenas “Que novidade!”. Infelizmente, isso também se verifica mesmo quando as crianças são bem pequenas e os comentários se referem às suas famílias, muitas vezes proferidos na frente das próprias crianças, naturalizando, desde os primeiros anos, atitudes de desrespeito e humilhação que se perpetuam por toda a escolaridade.

Essas e outras situações, que podem ser uma expressão sutil ou um olhar, além de expor o aluno diante de seus colegas, podem vir a cristalizar uma condição que poderia ser transformada.

**É importante ter a clareza de que nenhum tipo de humilhação tem potencial educativo.** Antes, pelo contrário: a humilhação dirigida a um aluno, vinda de um professor (que cumpre também um papel de modelo), pode, com muita

facilidade, fragilizar a autoestima desse aluno e autorizar outros alunos a agir da mesma forma.

Na Educação Infantil, etapa da vida escolar em que as crianças estão mais fragilizadas diante do adulto, as situações de humilhação merecem uma reflexão ainda mais cuidadosa. A demonstração, mesmo não intencional, de irritação porque a criança derruba a comida no chão ou faz xixi na calça é um dos exemplos de como se comunica que elas são incapazes. Outras situações de humilhação são geradas por uma longa espera entre uma atividade e outra, além da exigência de que as crianças fiquem “quietinhas”, desconsiderando a predominância do movimento e da expressividade na primeira infância. Infelizmente, ainda são comuns situações de pouca atenção, ou mesmo de desrespeito, aos desejos e às necessidades individuais das crianças, obrigando-as a fazer a mesma coisa, do mesmo jeito, ao mesmo tempo. Quem não se lembra de pelo menos um caso de crianças que fizeram xixi na calça porque a professora não deixou ir ao banheiro? Ou de crianças que, por terem feito esse mesmo xixi na calça, são obrigadas a permanecer molhadas por não terem ido ao banheiro “na hora certa”?

Felizmente, hoje as unidades de ensino, principalmente os CEIs e as EMEIs, avançaram muito na escuta da criança e na transformação de práticas tradicionalmente autoritárias em situações nas quais as crianças são consideradas e respeitadas como sujeitos. De fato, o professor e outros adultos da instituição escolar são autoridades e devem se manter nesse lugar. Entretanto, é importante refletir sobre como essa autoridade, esse poder e essa influência repercutem nos alunos e em suas vidas.

Outro segmento da escolaridade que merece especial atenção no que diz respeito à humilhação é a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O fato de percorrer os anos iniciais da escolaridade em idade adulta já é, em si, uma situação que pode suscitar diferentes interpretações a respeito do aluno: “É burro”, “Tem deficiência intelectual”, “Foi preguiçoso na hora de estudar” etc.



Na verdade, na grande maioria das vezes, os cursos de EJA são alternativas para retomar um processo de escolaridade interrompido por outros motivos: necessidade de trabalhar para contribuir com a renda familiar, ausência de condições das escolas para acolher e se encarregar da educação e da aprendizagem de alunos que requerem maior atenção e maior disponibilidade dos professores para ensiná-los, ou mesmo a falta de vagas nas escolas próximas às suas casas. É preciso que esses alunos sejam apoiados para que tenham clareza de que essa situação é, antes de tudo, resultado de um sistema escolar e de uma sociedade que não foram capazes de os acolher no período regular. Portanto, cursar a EJA não é uma condição que os diminui em relação aos outros.

As práticas educativas expressam uma concepção do que é educar e de como educar, e a escola carrega a cultura do autoritarismo (o que é diferente de autoridade), em que a punição, a repreensão e a reprovação são os recursos utilizados com maior frequência para ensinar. Mesmo que pensem de forma diferente, essas crenças estão muito impregnadas nas práticas dos educadores e influenciam suas atitudes. Assim, é importante considerar que a sua atuação é movida muito mais pelas crenças construídas no decorrer de anos do que pelo que ele discute nas ações de formação e adota racionalmente. Portanto, é de grande relevância a reflexão sobre quais são as atuais “palmatórias” utilizadas sem essa consciência.

## Cuidados e limites

Atualmente, é comum o discurso de que a relação entre professores e alunos é permeada pela falta de limites e de que os alunos não obedecem nem respeitam os professores. No entanto, essa ideia não pode pairar sobre a escola como uma nuvem escura que não tem como ser dispersada. É hora de pensar o que está acontecendo e dissipar a barreira entre educadores e alunos. E essa atitude tem que partir da escola. Vale lembrar que o papel do educador é reafirmado e respeitado pelos alunos por meio do reconhecimento da legitimidade do papel do adulto que educa, acolhe e que utiliza sua autoridade como modelo.



Hoje, as crianças e os adolescentes podem contar com um importante dispositivo de proteção e justiça, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que lhes confere direitos e atribui a eles o papel de cidadãos em formação, garantindo o desenvolvimento de suas potencialidades e conferindo a eles responsabilidades que são capazes de assumir nessa etapa da vida. Contudo, essas garantias não são afirmadas para tirar a autoridade dos educadores, nem para afastar dos adultos a responsabilidade de intervir de forma educativa na vida de crianças e adolescentes, como muitas vezes são vistas. Antes, pelo contrário, são parâmetros que os cercam de segurança e apontam aos adultos as possibilidades de atuação, considerando as características inerentes ao processo de desenvolvimento que estão vivendo em cada etapa da vida.

Assim, não é só necessário, mas possível, educar protegendo. O cuidado faz parte da prática educativa, não só das crianças da Educação Infantil, mas de todas que estão sob responsabilidade dos adultos ao longo da Educação Básica, quando são tão necessários a proteção e o cuidado do aluno no ambiente escolar. Quando isso não acontece, além de favorecer a baixa autoestima em alguns, já mais fragilizados, pode colocá-los frequentemente na posição de alvo de violência e humilhação.

Desse modo, libertar a escola da humilhação constante é instaurar, gradativamente, um processo de transformação, desde a sala de aula. A ideia ou a certeza de que o “professor determina” e o “aluno obedece” precisa ser desenraizada das práticas educativas. A escola regida pelo modelo tradicional, com a administração da classe centralizada nas mãos do professor, tendo os alunos em posição simplesmente de obediência, perdeu-se no tempo. Nem por isso a hierarquia e a autoridade devem estar menos presentes, mas, sim, ser vistas como condição para o acolhimento dos alunos e para uma relação mais respeitosa para todos, como tratado no caderno *Democracia na Escola*. Os educadores também precisam de segurança para trabalhar e cabe a eles administrar e evitar situações constrangedoras e desagradáveis para todos.

Entretanto, essas transformações implicam novas definições de disciplina, que serão construídas com base em práticas como: lidar com a fala e o turno da palavra de

modo que todos possam se manifestar e sejam ouvidos; intervir em sala propondo conversas que levem os alunos a refletir a respeito dos conflitos ocorridos; discernir a irreverência comum principalmente nos adolescentes de uma afronta à autoridade, assim como a mera rebeldia da justa manifestação. Cada julgamento desses vai trazer respostas e encaminhamentos diferentes.

Assim, a “indisciplina” não é apenas desordem, mas também pode expressar um movimento inerente ao processo de construção de conhecimento e desenvolvimento, que, por si só, provoca falas, movimento, oposição, inquietação e busca de respostas. Se, num primeiro momento, essa “agitação” pode causar certo desconforto aos professores, por outro lado, também pode contribuir com a afirmação da sua autoridade quando trata dessas situações com ponderação e acolhimento. São atitudes de quem está se desenvolvendo, e as supostas “agressões” ou a falta de respeito não se dirigem à pessoa do professor, mas ao lugar de autoridade que o adulto ocupa na situação, o que costuma desafiar os alunos, sobretudo na fase da adolescência.



## A humilhação no meio dos adultos

Tão nociva e prejudicial para a construção de um ambiente permeado pelo respeito é a humilhação, dirigida de um adulto para outro. Nenhuma atitude, erro, postura inadequada, posição, cargo ou falha de um adulto que faz parte da rede de relações da escola justifica uma resposta humilhante, ainda que no contexto de uma estrutura hierárquica. Nenhum nível de hierarquia pressupõe tratamento desigual para um ou para outro sujeito. Nenhuma hierarquia significa ausência de responsabilidade. Todos são importantes e desenvolvem um trabalho profissional indispensável para a vida escolar e, portanto, para a educação dos alunos.

A instituição escolar é formada por uma rede que tem como base o grupo de adultos, todos eles educadores, responsáveis por sua sustentação funcional, educacional, pedagógica e ética. A complexa dinâmica de funcionamento da escola depende de uma engrenagem alimentada por todos os setores, dependentes uns dos outros. Conhecer o valor e o papel de cada um deles, trabalhando de forma cooperativa, é condição para oferecer aos alunos a educação de qualidade da qual são dignos. Também nesse caso, a hierarquia de cargos e funções deve estar a serviço da construção de um espaço democrático, que tenha suas decisões tomadas de forma transparente, evitando entaves burocráticos sempre que possível.

A ausência de um porteiro ou responsável pela coleta de lixo, por exemplo, é tão prejudicial ao funcionamento da escola quanto a de um professor ou do diretor. Os alunos, por sua vez, tratam os funcionários da escola com base no modelo adulto que é oferecido a eles, lançando mão de formas respeitadas de tratamento, como chamar as pessoas pelo nome, cumprimentando a todos com os quais se depararem e reconhecendo o trabalho de cada um deles. Referir-se a alguém como “tia da limpeza” ou “tio do portão” é uma desconsideração que define esses profissionais apenas pela função que exercem (no mais das vezes, desvalorizada), e não pelos sujeitos que são. Esse tipo de atitude não expressa os princípios e os valores que o Projeto Respeitar é Preciso! busca afirmar.

Essa mesma situação pode ser observada em relação aos familiares e responsáveis pelos alunos, que também devem ser chamados por seus nomes, evitando os impessoais “mãe” e “pai”, que os deixam sem identidade própria. Outra questão importante a ser considerada é o julgamento que se faz, muitas vezes, de um pai, uma mãe ou responsável com base no comportamento de seu filho. Um filho que enfrenta na escola questões relacionadas à disciplina ou à aprendizagem não implica, obrigatoriamente, uma mãe ou um pai ausente, assim como uma criança que tem dificuldades para aprender a ler não é necessariamente filha de uma “família ignorante”. Da mesma forma, o fato de um pai ser reconhecido na comunidade como alcoólatra não autoriza julgamentos negativos em relação à criança. Na verdade, esses são os alunos e as

famílias que mais necessitam de cuidado, apoio e interlocução por parte dos educadores que formam o corpo da escola.

Considerando os objetivos do Projeto Respeitar é Preciso! (fazer presente e de forma permanente a ideia do respeito mútuo e da soberania da dignidade humana como mediadoras das relações no ambiente escolar), torna-se evidente, e até mesmo indiscutível, a necessidade de colocar a questão da humilhação na “ordem do dia”, não só promovendo conversas e debates, mas fazendo o uso educativo de todas as situações que possam surgir na rotina da escola, e até fora dela, trazendo-as à luz e abrindo espaço para que todos possam se colocar, opinar e compartilhar dúvidas. Nesses momentos, não se pode deixar de abordar os diversos tipos de humilhação: tanto aqueles que se manifestam de forma clara no dia a dia da escola (ofensas, agressões, constrangimentos) quanto a humilhação proveniente de contextos de injustiça social. Não se trata apenas de punir a humilhação, mas de construir, no ambiente escolar, uma cultura sensível e de indignação diante da humilhação de seus pares.

#### 4. INTERVENÇÕES NO COTIDIANO

A escola da Educação Básica tem como função a educação de crianças e adolescentes, o que vai além de garantir a aprendizagem de conteúdos curriculares, pois inclui valores e atitudes. Uma das mais importantes funções do educador é investir em conhecimentos e na formação de valores, paralelamente às disciplinas exigidas para a formação acadêmica, elegendando conteúdos ou situações didáticas que exemplifiquem e possibilitem o debate sobre opressão e violência.

É inquestionável o caráter inaceitável de toda e qualquer situação de humilhação na escola, e



esse princípio deve ser colocado para as crianças de forma clara, desde os primeiros anos de vida escolar, por meio das atitudes e, sobretudo, da indignação dos educadores.

A discussão, a escuta e o diálogo são boas estratégias nesses casos, assim como a retomada de situações vivenciadas na escola. A frequência dessas ocorrências no espaço escolar é uma medida que apontará a pertinência das intervenções realizadas e a necessidade de estendê-las ao longo do tempo.

Na verdade, qualquer característica, forma de ser e estar ou qualquer ação presente em alguma situação social pode surgir como motivo para um ato de humilhação. O sujeito agente da humilhação tem a sensação de que se fortalece, à medida que, de alguma forma, coloca o humilhado em situação de submissão diante do coletivo em que estão inseridos. A humilhação não se concretiza apenas na exposição perante um grupo, ela pode ocorrer até mesmo no âmbito do privado. Isso costuma acontecer entre adultos, entre crianças e entre adultos e crianças. O resultado de uma situação de humilhação sistemática é a instituição, no grupo, de “polos de força”, representados, de um lado, por quem sofre a humilhação e se sente rejeitado e, de outro, pelos que humilham, numa espécie de “encantamento pela superioridade”. Na realidade, o indivíduo que humilha também carrega algum tipo de vulnerabilidade, que o leva a agir dessa forma.

Assim, merece especial atenção dos educadores o tratamento dispensado a alguns episódios de humilhação considerados corriqueiros e naturais. Muitas vezes, essas situações são incorporadas à prática cotidiana escolar, contribuindo para a sua banalização ou legitimação como mecanismo de resolução de conflitos. Falas como “Isso sempre foi assim”, “Não podemos fazer nada” ou “Isso vem de casa”, que surgem com muita frequência, vindas tanto das crianças e dos adolescentes quanto de adultos, podem colocar em risco todo o trabalho de formação e valorização da dignidade humana do qual os educadores



são imbuídos. Antes de tudo, é preciso formar os alunos com a ideia de que **nenhum tipo de humilhação é aceitável e toda situação pode e deve ser transformada**. Insistindo: nenhuma humilhação pode ser considerada “brincadeira inocente”, sem a intenção de ferir alguém. Isso acaba por naturalizar situações de desrespeito, que, sem dúvida, autorizam a prática da humilhação.

Existem muitas crianças que não se sentem à vontade nem “autorizadas”, por assim dizer, a explicitar seu incômodo para os adultos quando são submetidas a situações humilhantes pelos colegas, recolhendo-se, muitas vezes, de forma silenciosa e distante do olhar daqueles que podem vir em seu socorro. Nesses casos, faz-se necessária uma atenção especial àquelas que, de modo bastante sutil, sinalizam seu sofrimento, não se mostrando à vontade entre os colegas, isolando-se e calando-se. Às vezes, uma conversa reservada é o bastante para que elas consigam pedir a ajuda de um adulto, o que não será possível sem uma aproximação e sem o olhar interessado do adulto.

Outro papel importante a ser desempenhado pelos adultos é o de mediadores das situações que presenciam e que são trazidas pelos alunos. Ouvir as duas partes pode ser um bom ponto de partida nessas ocasiões. Cada situação é única, e não é possível ter uma regra de como agir, mas um bom caminho é apostar no diálogo e na escuta, levando os próprios alunos a perceber e rever suas atitudes. O educador deve deixar clara sua posição em relação ao que aconteceu, mas sua indignação, embora tenha um impacto educativo bastante positivo, deve estar sempre voltada para uma atitude, e não para o aluno que a colocou em prática.

Outra orientação importante é conversar mais diretamente e de forma reservada com as partes envolvidas em cada situação, evitando expor a discussão para não gerar ainda mais constrangimentos e sofrimento. Na mediação desses acontecimentos, posicionar-se e proteger o aluno que sofreu uma humilhação não significa tomar a sua voz nem representá-lo na discussão. Ele deve contar com o apoio incondicional do educador, sendo sempre encorajado a se colocar, pois é preciso fortalecê-lo, para que não se torne alvo constante de humilhação.

Se, de um lado, é função do adulto se aproximar e proteger o aluno que foi humilhado, de outro, seu afastamento também pode ser bastante fortalecedor, o que não significa deixá-lo à própria sorte, mas, sim, ajudá-lo a perceber suas potencialidades e a se defender com gradativa autonomia. A mediação também deve considerar aqueles que humilham como sujeitos que merecem compreensão, não no sentido de ser condescendente com suas atitudes, mas para entender os motivos que os levam a isso e intervir para que possam superá-los, pois eles também possuem fragilidades e devem ser escutados e cuidados.

A prática dos educadores no dia a dia, a forma como se comunicam com as crianças e com os outros adultos e a postura que assumem diante das situações apresentadas aqui são fatores determinantes para a formação ética almejada, cumprindo uma função ainda mais importante que as conversas e as discussões, uma vez que as crianças estão sempre muito atentas à coerência entre as atitudes e o discurso proferido pelos adultos.

Evitar situações de humilhação na escola requer, por fim, a (re)construção coletiva do olhar dos educadores para o ambiente escolar, considerando a soberania da dignidade de cada um como ponto de partida e condição para se educar para a paz, a solidariedade, a justiça e a igualdade.

### **Atividades com os alunos**

Além das fundamentais intervenções em situações que acontecem no convívio na escola, é importante trazer o tema para ser discutido por todos, dentro ou fora da sala de aula, o que pode encorajar os alunos a expressarem seu mal-estar. Isso pode acontecer por meio da leitura de uma notícia de jornal em sala de aula, da exposição de um caso de humilhação que ganhou espaço na mídia e, sobretudo, das ocorrências no entorno da escola. Essas são boas atividades por não se referirem a indivíduos específicos que todos conhecem e com eles têm envolvimento diversos, mas por possibilitar um olhar mais distanciado e menos “contaminado”, criando condições para um debate mais profundo e neutro, que ajude a construir os valores que são transferidos para atitudes do dia a dia.



É importante garantir aos alunos um espaço de conforto e acolhimento para que essas questões possam vir à tona sem nenhum tipo de julgamento. Trata-se de um processo de construção de atitudes e valores, e não de transmissão de regras de conduta apropriadas.

O currículo também exerce uma função crucial nesse processo, ampliando a compreensão dos alunos em relação ao contexto social em que estão inseridos. Nesse sentido, é possível escolher temas curriculares, nos quais a consideração das necessidades do outro e a indignação com ações de opressão estejam presentes e possam ser discutidas.

As exposições e as discussões acerca de temas que afligem a humanidade em seu cotidiano e suas possíveis repercussões no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes também devem ocupar seu espaço na sala de aula. Abordar no currículo períodos históricos como os anos de regime autoritário e ditadura civil-militar vividos recentemente no Brasil, ressaltando o caráter humilhante das prisões, torturas e violências dirigidas à população, assim como a imposição de leis que configuravam desrespeito aos Direitos Humanos de forma flagrante, como o exílio, a cassação de direitos e de trabalho, a repressão à livre expressão, a tortura e a nomeação dos governantes por meio de decreto, contribuirá para a formação ética e política dos alunos. A questão da devastação das terras indígenas e da expulsão desses povos dos territórios que são seus por direito também configura um exemplo claro de exercício de poder permeado por práticas de humilhação e desrespeito, assim como a escravidão e o patriarcado abusivo.

O valor dessas ações educativas, mais que as informações prestadas aos alunos (que são, sem dúvida, bastante importantes), está na possibilidade de todos se colocarem sem que sejam julgados, compartilhando e ressignificando suas ideias e suas posições.

## Sugestões para a reflexão dos educadores

Em algum momento da vida, todas as pessoas presenciaram ou viveram uma situação em que se sentiram humilhadas. Uma boa maneira de disparar uma conversa ou uma reflexão acerca desse assunto é compartilhá-las com colegas, relatando-as e comentando as que forem apresentadas. Uma vez que todos viveram também uma parte da vida como alunos, seria interessante lembrar coletivamente as humilhações que enfrentaram ou que presenciaram ao longo da vida escolar, dando destaque às intervenções dos adultos que mediarão a situação e aos sentimentos que surgiram no momento. Esses momentos revelam para todos o quanto e há quanto tempo a humilhação está presente nas escolas, contribuindo para a busca de estratégias e encaminhamentos que podem se mostrar potentes. Sendo esse um tema bastante complexo e delicado, a reflexão, o trabalho coletivo, a escuta e a possibilidade de expor dúvidas e desconfortos são condições para a construção de um espaço coletivo em que o respeito permeia as relações de todos.

Aos poucos, as situações vividas recentemente com os alunos na escola passam também a ocupar um espaço importante nas conversas, sendo tematizadas e levando ao grupo a possibilidade de construir um repertório de experiências (bem e malsucedidas), que, registradas de alguma forma, podem se tornar subsídios para situações que envolvem tomadas de decisão. Trata-se de um material precioso, que pode ser feito de forma virtual, em um documento compartilhado com todos os interessados. Levar para a apreciação coletiva artigos de jornais, livros, sites e biografias que abordam essas situações também contribui com o processo, sustentando a discussão.

O mural da escola também pode prestar grande ajuda, se apresentar, pelo menos, uma notícia ou nota que aborde o tema da humilhação. A sala dos professores, ou os outros espaços de grande circulação de adultos, pode conter em um de seus “cantinhos” um pequeno caderno, ao qual toda a comunidade de adultos tem acesso e no qual podem ser registrados casos de sucesso, “pedidos de socorro”, desfechos de casos que foram expostos etc. O importante é que o tema esteja presente na vida da escola

e seja “encarado de frente” pelos adultos, o que, inevitavelmente, levará os alunos a assumir uma posição nesse sentido.

## Proposta de vivência e dramatização

A dinâmica apresentada aqui tem como objetivo levar os educadores a compartilhar e vivenciar experiências vividas na escola quando eram alunos para se aproximarem dos estudantes com os quais convivem hoje.

1. Organizados em uma grande roda, os participantes são convidados a compartilhar com o grupo situações vividas na escola que os marcaram positiva e negativamente. Nenhum participante será obrigado a falar, deixando essa tarefa apenas para aqueles que se sentirem à vontade para isso.
2. Depois de algumas exposições, o grupo escolhe um dos relatos para ser dramatizado pelos que se colocarem como voluntários.
3. Alguns “atores” farão o papel de protagonistas e outros farão o papel daqueles que presenciaram o ocorrido. Este segundo grupo tem uma função importante: provocar a discussão sobre o papel daqueles que, assistindo a uma cena, se posicionam ou não e sobre como isso reverbera em quem está na situação. Todos devem se preparar pensando no que cada um sentiu, como se sentiu, em seus motivos. Quanto mais complexa e contraditória for a situação escolhida, melhor.
4. A cena é dramatizada, contando com a atenção e o respeito dos que assistem.
5. Depois de encerrada a cena, os participantes voltam a se organizar em uma grande roda, em que discutirão e compartilharão seus sentimentos. É importante que os “atores” (inclusive os que atuaram como testemunhas) possam se colocar antes de a palavra ser oferecida ao coletivo.

6. No fim da dinâmica de discussão, ou mesmo ao longo dela, o coordenador da atividade retoma com o grupo a necessidade de considerar o que foi discutido no contexto dos alunos que atualmente estão na escola, identificando com o grupo principalmente as possibilidades de intervenção do educador.
7. Observação: A atividade de dramatização é interessante, pois permite aos participantes olhar uma situação da perspectiva do outro e analisar o fato de vários lados. Provavelmente, a maioria das situações relatadas como negativas terá relação com o sentimento de humilhação, o que pode ocorrer sem que a pessoa que causou essa situação tenha consciência, sendo uma temática importante para analisar o dia a dia da escola. É possível observar também que uma mesma atitude gera humilhação ou não, dependendo de como as pessoas se relacionam com e na situação. Enfim, é possível abordar o tema com todas essas variáveis.

## BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Heloisa Moulin & LA TAILLE, Yves de. Humilhação: o desrespeito no rebaixamento moral. Em *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 59, p. 217-231, 2007.

ASSMAR, Eveline Maria Leal. A experiência da injustiça na vida diária: uma análise preliminar de três grupos sociais. Em *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 10, n. 2. Porto Alegre, 1997. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/188/18810211.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011.

BOTO, Carlota. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. Em SCHILLING, Flávia (org.). *Direitos Humanos e educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Cortez, 2005.

CARBONE, Renata Aparecida & MENIN, Maria Suzana de Stéfano. Injustiça na escola: representações sociais de alunos do ensino fundamental e médio. Em *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 2, p. 251-270. São Paulo, 2004.

DE LA TAILLE, Yves. A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança. Em *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19, n. 1, p. 9-17. Porto Alegre, 2006.

DUBET, François. Democratização escolar e justiça da escola. Em *Revista Educação*, v. 33, n. 3, p. 381-394. Santa Maria, set./dez. 2008. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/79/53>. Acesso em: 15 jul. 2011.

KEHL, Maria Rita. Direitos Humanos: a melhor tradição da modernidade. Em VENTURI, Gustavo (org.). *Direitos Humanos: percepções da opinião pública, análises de pesquisa nacional*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Experiências de desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. Em *Educação e Pesquisa*, v. 32, n. 1, p. 32-48. São Paulo, jan./abr. 2006.

\_\_\_\_\_. Cultura da vaidade e consumo. Em *Pátio Revista Pedagógica*, v. 12, p. 16-19. Porto Alegre, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Ensinando Direitos Humanos: atividades práticas para os Ensinos Fundamental e Médio*, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ensino de Direitos Humanos: Atividades Práticas para Escolas Primárias e Secundárias*. Genebra, 2003. Disponível em: [www.un.org/ruleoflaw/files/ABCChapter1en.pdf](http://www.un.org/ruleoflaw/files/ABCChapter1en.pdf) (cap. 1); <https://www.un.org/ruleoflaw/files/ABCChapter2en.pdf> (cap. 2). Acesso em: 17 dez. 2018.

PUIG, Josep Maria. Aprender a viver. Em ARAÚJO, Ulisses F.; PUIG, Josep Maria; ARANTES, Valéria Amorim (orgs.). *Educação e valores: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2007.

SCALON, Celi. Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro. Em *Sociologias*, ano 9, n. 18, p. 126-149. Porto Alegre, jun./dez. 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. *Currículo da Cidade*. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalS-MESP/Publicacoes-Institucionais>. Acesso em: 5 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. *Currículo integrador da infância paulistana*. São Paulo: SME/DOT, 2015.

\_\_\_\_\_. *Padrões básicos de qualidade na Educação Infantil Paulistana: Orientação Normativa n. 1/2015*. São Paulo: SME/DOT, 2015.

SOUZA, Regina Maria de & GALLO, Silvio. Por que matamos o barbeiro? Reflexões preliminares sobre a paradoxal exclusão do outro. Em *Educação & Sociedade*. Dossiê "Diferenças", ano 23, n. 79, p. 39-64. Campinas: Unicamp/Cedes, agosto de 2002.

E D U C A Ç Ã O   E M   D I R E I T O S   H U M A N O S







Prefeitura de São Paulo

**Bruno Covas**

Secretaria Municipal de Educação

**Bruno Caetano**

Coordenadoria dos Centros de Educação Unificados

**Raphaella Burti | Maria de Fátima de Brum Cavalheiro**

Instituto Vladimir Herzog

Direção executiva

**Rogério Sottili**

*Vlado Educação*

Direção educacional

**Ana Rosa Abreu**

Coordenação educacional

**Neide Nogueira**

São Paulo, julho de 2019 | 3.<sup>a</sup> edição

Data da impressão: abril de 2020

Ficha catalográfica: Jônatas Souza de Abreu, Me. CBR 15-179

R434

Respeito e humilhação / Ana Lucia Catão (autoria); Maria Paula Zurawski, Fermin Damirdjian, Francisco Eduardo Bodião (colaboração); Neide Nogueira (coordenação); Ana Rosa Abreu (direção); Lucia Brandão (ilustrações) – 3.ed. – São Paulo, SP: Vlado Educação, 2019.

37 p. il.: Color. 20 x 20 cm (Série “Educação em Direitos Humanos”)

ISBN 978-85-65059-16-9

Contém bibliografia.

Caderno integrante da série “Educação em Direitos Humanos”, do Projeto Respeitar é Preciso!, composto de sete volumes, compartilhando orientações, subsídios e sugestões para implementação da cultura da Educação em Direitos Humanos (EDH) nas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo.

1. Direitos humanos. 2. Respeito (ética). 3. Educação em Direitos Humanos. I. Título. II. Catão, Ana Lucia; III. Zurawski, Maria Paula. IV. Damirdjian, Fermin. V. Bodião, Francisco Eduardo. VI. Brandão, Lucia.

CDU 37.06+342.7:177.1

Equipe educacional

**Ana Lucia Catão**

**Celinha Nascimento**

**Crislei Custódio**

**Maria da Paz Castro**

**Rogê Carnaval**

Gestão de conteúdo do portal

**Carol Baggio**

Consultoria

**Flávia Schilling**

**Maria Paula Zurawski**

**Maria Victoria Benevides**

**Educadoras e educadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo que contribuíram com pareceres para esta edição**

Revisão de texto

**Jandira Queiroz**

Projeto gráfico

**S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.**

Ilustrações

**Lúcia Brandão**

A primeira edição deste material foi elaborada num processo colaborativo com professores, funcionários, gestores, técnicos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e membros das comunidades escolares que participaram dos cursos Respeitar é Preciso!, realizados em 2014 nos Centros de Educação em Direitos Humanos, em São Paulo (SP), sendo publicada em dezembro desse mesmo ano pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Este material tem autorização para franca multiplicação, desde que respeitados os direitos autorais e citadas adequadamente as fontes.

